



BOLETIM DO SINASEFE

Atividades da semana de 21 a 25 de julho



Confira os destaques da semana

PÁGINA 02

Seguimos mobilizados, mesmo durante o recesso parlamentar

PÁGINA 02

Unidade da Educação Federal: construção da pauta conjunta da mesa setorial

PÁGINA 02

Protocolo de Ofício no MEC: cobrança pelo cumprimento imediato dos itens do Acordo de Greve

PÁGINA 03

Defesa dos direitos humanos: audiência no MDHC

PÁGINA 03

Reunião do Fonasefe debate Frente Ampla contra a Reforma Administrativa

PÁGINA 04

Nota de Apoio à decisão do Brasil de se juntar à ação no TIJ que acusa Israel de genocídio

Seguimos mobilizados, mesmo durante o recesso parlamentar



Durante o recesso do Congresso Nacional, o SINASEFE manteve presença ativa em Brasília-DF, com uma série de ações políticas, sindicais e institucionais em defesa da Rede Federal de Educação e dos trabalhadores que a constroem

A luta segue viva e articulada!

Base informada é base fortalecida: compartilhe este Boletim com seus colegas de trabalho!

Unidade da Educação Federal: construção da pauta conjunta da mesa setorial



Na terça-feira (22/07), participamos de uma importante reunião entre SINASEFE, Andes-SN e Fasubra, com o objetivo de elaborar uma pauta conjunta a ser apresentada na Mesa Setorial de Negociação com o Governo Federal.

Esta iniciativa reforça a necessidade da unidade entre as três entidades representativas da Educação Federal, garantindo mais força política

na cobrança pelo cumprimento dos Termos de Acordo da Greve de 2024 e pelo atendimento das reivindicações históricas da categoria.

Durante a reunião, as três entidades, de maneira conjunta, construíram um Ofício com os itens acordados na Greve do ano passado e ainda não atendidos pelo Governo. O documento foi assinado por representantes das três entidades.

Protocolo de Ofício no MEC: cobrança pelo cumprimento imediato dos itens do Acordo de Greve



Na quinta-feira (24/07), SINASEFE, Andes-SN e Fasubra protocolaram a Carta Conjunta nº 3/2025 junto ao Ministério da Educação (MEC), reforçando a cobrança pelo cumprimento dos itens acordados no final da greve do ano passado, especialmente aqueles que não representam impacto financeiro e que já deveriam ter sido executados.

Para docentes, o documento cobra:

1. Fim do controle eletrônico de frequência para o Magistério Federal, com envio de Ofício à Casa Civil;
2. Publicação imediata da nova Portaria de Regulamentação da Atividade Docente (RAD), já aprovada em GT específico;
3. Convocação do Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) em até 60 dias;
4. Retomada do GT sobre o reenquadramento de aposentados e revogação da IN nº 15/2020;
5. Encaminhamento jurídico para pôr fim aos recursos da Advocacia Geral da União (AGU) contra a concessão do RSC a inativos;

6. Tratativas com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para padronização nacional das regras de progressão docente.

No caso dos TAEs, o documento cobra:

1. Inclusão da revisão das regras de insalubridade e periculosidade na Mesa Setorial;
2. Encaminhamento da pauta sobre democratização das Instituições Federais de Ensino (IFEs);
3. Retorno do debate sobre jornada de 30 horas e carga horária das profissões regulamentadas para o âmbito do MEC.

As entidades também solicitaram a suspensão imediata da revogação do anexo 3A da Lei 12.772/2012, essencial para a valorização da carreira docente, embora esse ponto não conste no Termo de Acordo nº 10/2024.

Com essa Carta, reforçamos que o não cumprimento de pontos simples, já negociados e sem custo orçamentário, representa descaso com os servidores e com a Mesa de Negociação.

O SINASEFE exige respeito e ação imediata!

Defesa dos direitos humanos: audiência no MDHC



Na quinta-feira (24/07), estivemos em audiência com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para tratar de um caso grave de perseguição institucional contra um servidor do IFMG.

Na ocasião, fomos recebidos por Amilton Fernandes da Silva, Coordenador-Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

O SINASEFE reafirmou seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, da liberdade de expressão e do direito à atuação profissional sem intimidações.

O silêncio diante da injustiça jamais será nossa postura!

Reunião do Fonasefe debate Frente Ampla contra a Reforma Administrativa



Na sexta-feira (25/07), participamos da reunião do Fonasefe. Um dos principais temas debatidos foi o alinhamento das entidades na resistência à Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que, mesmo sem estar formalmente na pauta do Congresso neste momento, segue defendida por setores do Governo, do parlamento e do empresariado, como um ataque aos serviços públicos e aos direitos dos servidores.

A mobilização permanente é nossa principal ferramenta de resistência. Mesmo durante o recesso parlamentar, mostramos que nossos direitos não tiram férias! Seguimos firmes na defesa da Rede Federal de Educação, pela valorização de seus trabalhadores, contra qualquer forma de assédio e/ou perseguição, e por uma Educação Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada.

Na reunião das entidades que compõem o Fonasefe, também foi destaque a preparação para o ato do dia 29 de julho, que ocorrerá em frente ao Ministério da Educação (MEC), a partir das 9 horas. Os companheiros de plantão em Brasília-DF, bem como aqueles que puderem se deslocar, estarão presentes neste ato unificado, realizado durante a reunião da Mesa Setorial. Essa mesa contará com a participação do SINASEFE, do Andes-SN e da

Fasubra, que cobrarão do Governo o cumprimento imediato dos acordos firmados durante a Greve de 2024.

O ato do dia 29/07 será, também, mais uma ação da Campanha Conjunta contra a Reforma Administrativa!

Reforçamos a importância da presença e da unidade de todas as entidades que compõem o Fonasefe, para fortalecer essa luta essencial em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos servidores.

Ainda na reunião, as entidades tiveram acordo sobre a realização do Seminário "Desmonte do Estado", que ocorrerá nos dias 15 e 16 de agosto, de forma híbrida (virtual e no auditório do Sindsep-DF).

Este Seminário será um importante espaço de análise e denúncia dos ataques à estrutura do Estado Brasileiro, reforçando a luta em defesa dos serviços públicos e da democracia.

Nota de Apoio à decisão do Brasil de se juntar à ação no TIJ que acusa Israel de genocídio



O SINASEFE apoia, com profunda convicção, a decisão do Brasil de se juntar à ação no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), principal instância judicial da Organização das Nações Unidas (ONU), promovida pela África do Sul, que acusa Israel de genocídio contra o povo palestino.

Nosso apoio vem da indignação diante das graves e rotineiras violações de direitos humanos que testemunhamos nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, com cidades arrasadas, ataques sistemáticos contra infraestrutura civil vital - incluindo locais sagrados, como a paróquia católica em Gaza - e até mesmo instalações de organismos internacionais, como a ONU e a OMS.

Além da violência sem controle, exemplificada por ataques de colonos israelenses na Cisjordânia, como o incêndio criminoso às ruínas da antiga Igreja de São Jorge e ao cemitério bizantino de Taybeh.

Tais ações já levaram à morte de dezenas de milhares de civis - a maioria mulheres e crianças - com massacres que se tornaram trágica rotina, até mesmo durante a distribuição de ajuda humanitária em Gaza.

Organizações internacionais denunciam que o Estado de Israel tem usado a fome como instrumento de guerra - prática cruel e inaceitável que atinge especialmente civis em situação de vulnerabilidade.

Por isso, o SINASEFE entende que, após denunciar formalmente este genocídio, o Brasil deve dar o passo seguinte e romper relações diplomáticas com o Estado de Israel. Essa é a posição coerente com a história de uma nação que se afirma defensora dos direitos humanos, contrária à cultura de guerra e à naturalização da violação.

Palestina viva! Palestina livre! Do rio ao mar!



EXPEDIENTE

Esta é uma publicação digital do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Fechamento desta edição 14 horas de 25 de julho de 2025

Textos sob responsabilidade de:



Andréia Pinsan
Secretário-adjunta
de Comunicação



Bárbara Marques
Secretária jurídica e de
relação de trabalho



Francisco Freitas
Coordenador geral



Gabriel Oliveira
Secretário-adjunto
de políticas para
LGBTQIAPN+

Coordenação de Comunicação:



Milena Silva
Secretária



Andréia Pinsan
Secretária-adjunta

Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Scarlett Rocha

Contatos: dnasinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br